

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Custeio da Seguridade Social:
Contribuintes, filiação, inscrição e Salário de
Contribuição

1) Contribuinte

- Definição

segurados

- Espécies

empresa (art.15, I, e parag.único, PCSS)

empregador doméstico (art.15, II, PCSS)

2) Filiação do Segurado – art.20, RPS

- Definição

- idades mínima e máxima para filiação

- momento em que ocorre a filiação: Teoria Tradicional x Teoria Escisionista

- **segurados obrigatórios**: quando se inicia o exercício da atividade remunerada.

- **segurado facultativo**: quando procede à sua inscrição e efetua o recolhimento da **primeira contribuição sem atraso**

– efeitos da filiação

- (i) marca o início da cobertura previdenciária INDEPENDENTEMENTE de contribuição (exceto para o segurado facultativo).
- (ii) geração de benefícios MESMO SEM o recolhimento de contribuições.
- (iii) possibilidade de recolhimento de contribuições RETROATIVAS desde que comprovado o exercício da atividade laborativa remunerada.

3) Inscrição do Segurado – art. 17 do PBPS, e art.18 e ss do RPS
– definição

- responsável pela inscrição:
 - **empregado**: empresa (pela GFIP)
 - **trabalhador avulso**: OGMO/tomador do serviço (pela GFIP)
 - **demais segurados**: são os próprios responsáveis por sua inscrição
- exercício concomitante de várias atividades laborativas
- inscrição do dependente: art.17, PBPS.

4) Salário de Contribuição (SC) – art.28, PCSS

– definição

* observações:

- **segurado especial**
- **segurado facultativo**
- **Prestação de serviços a 01 ou + empresas**

* limites do SC

- **mínimo**
- ↳ **Jornada Parcial**
- **máximo**

* Integram o SC

- remuneração – gorjetas
- 13.os salários – diárias excedentes a 50% da rem. mensal
- salário maternidade (SM)

* NÃO integram o SC (art.28 § 9.o, PCSS): em geral verbas indenizatórias. Exemplos:

- vale transporte e parcela "in natura" do PAT, ambos prestados na forma da lei.
- aviso prévio indenizado, férias+1/3 indenizadas, licença-prêmio indenizada, incentivo ao PDV, multa de 40% FGTS e indenização pela estabilidade decenal.
- multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias (art.477 § 8.o, CLT).
- ajuda de custo para mudança local de trabalho (art.470, CLT).
- bolsa do estagiário.
- participação nos lucros e resultados (PLR).
- valor correspondente a transporte, habitação e alimentação fornecidos ao empregado para trabalhar em localidade distante de sua residência.
- vestuário, equipamentos e acessórios fornecidos para o trabalho.
- valor relativo ao serviço médico e odontológico fornecido ao segurado.
- valor pago a título de complementação de auxílio doença.
- ressarcimento por despesas efetuadas com uso de veículo.
- reembolso creche.
- outras hipóteses.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Custeio da Seguridade Social:
Contribuições em espécie

CF, art. 195

II: Cota Segurado

- (1) *Empregado, Doméstico e Trabalhador Avulso*
- (2) *Contribuinte Individual e Segurado Facultativo*
- (3) *Segurado Especial*

I, a: Cota Patronal

- (4) *Empregador Doméstico*
- (5) *Empresa/Entidade equiparada a empresa*
 - ↳ **Casos especiais** (substituição da cota patronal s/remuneração paga ao **empregado** e **trabalhador avulso**):
 - (5.1) *Clube de Futebol*
 - (5.2) *Produtor Rural: PF e PJ/Agroind.*

Situações Comuns:

- Base de cálculo
- Alíquota
- Responsável Tributário
- Prazo para recolhimento

1) Empregado, Doméstico e Trabalhador Avulso

. base de cálculo: salário de contribuição (SC)

. alíquota (Portaria MF n.º 08, de 13.01.2017):

- até R\$ 1.659,388,00%
- de R\$ 1.659,39 até R\$ 2.765,669,00%
- de R\$ 2.765,67 até R\$ 5.531,3111,00%

. responsável tributário:

- empresa/entidade equipara a empresa/empregador doméstico
- recolhimento (**cota segurado + cota patronal**):
 - empresa: até o dia 20 do mês seguinte ao da **competência**
 - empregador doméstico: até o dia 07 do mês seguinte ao da **competência**
- **presunção** de desconto+recolhimento em prol do segurado

2) Contribuinte Individual e Segurado Facultativo

. base de cálculo: salário de contribuição (SC), observados os limites mínimo e máximo

. alíquota:

a) regra geral: **20,0% do SC**

b) sistema de inclusão previdenciária

b.1) 11,0% do SM:

- segurado facultativo
- contribuinte individual que trabalha por conta própria e **SEM** relação de trabalho com empresa.

b.2) 5,0% do SM:

- contribuinte individual MEI (definido no art.18-A da LC n.º 123/06).
- dona de casa + dedicação exclusiva ao lar + família de baixa renda + inscrita no CadÚnico do Governo Federal

⇒ Sistema de Inclusão Previdenciária:

- a base de cálculo sempre será o limite mínimo do SC
- segurado renuncia à Aposentadoria por Tempo de Contribuição

. responsável tributário

a) regra geral: o próprio segurado, até o dia 15 do mês seguinte ao da **competência**.

b) exceção - **contribuinte individual que presta serviços a empresa:** empresa desconta + recolhe 11% do SC até o dia 20 do mês seguinte ao da **competência**. Motivo.

3) Segurado Especial

. **base de cálculo:** resultado da comercialização de sua produção e da exploração do agroturismo

. **alíquota:** 2,0% + 0,1% de GILRAT (SAT)

. **responsável tributário:**

- regra geral: o adquirente dos produtos
 - exceção: o próprio segurado especial, quando sua produção é comercializada **no exterior** ou **diretamente ao consumidor final**
- ⇒ prazo: até o dia 20 do mês seguinte ao da **competência**

súmula 272, STJ: o trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente faz jus à aposentadoria por tempo de serviço, se recolher contribuições facultativas.

4) Empregador Doméstico

. **base de cálculo:** salário de contribuição (SC), limitado ao teto.

. **alíquota:** 8,0% + 0,8% de GILRAT (SAT)

. **responsável tributário:** o próprio empregador doméstico

. **prazo:** até o dia 07 do mês seguinte ao da **competência** (cota patronal + cota do segurado)

5) Empresa e da entidade equiparada a empresa

a) Base de cálculo (CF, art.195, I, a): folha de salários, e demais rendimentos, **pagos, devidos** ou **creditados**, a qualquer título, à **pessoa física** que lhe preste serviços, mesmo sem vínculo empregatício.

b) Alíquotas (PCSS, art.22):

b.1) 20% + 1%, 2% ou 3% GILRAT (SAT/FAP), sobre a remuneração dos segurados **empregados** e **trabalhadores avulsos**.

⇒ exposição a agentes nocivos elencados no Anexo IV do RPS: contribuição adicional de 12%, 9% ou 6% sobre a remuneração **APENAS** dos segurados expostos, para custeio da aposentadoria especial.

b.2) 20% sobre o valor pago aos segurados **contribuintes individuais**.

⇒ Instituição financeira: acréscimo de 2,5% nas hipóteses b.1 e b.2.

b.3) contribuição de 15% **sobre a NF/Fatura** emitida pela **cooperativa de trabalho**

↳ **RE 595.838**, j. 23/04/2014: **inconstitucionalidade** (art.22, IV, PCSS)

↳ **Nota PGFN/CRJ/n.o 604/2015**: *não impugnar demandas*, e orienta SRFB não efetuar lançamento fiscal.

↳ **Res.Senado n.o 10**, de 30/03/2016: *suspensa a execução* do dispositivo.

c) Responsável Tributário

– É a empresa, que efetua o recolhimento de **sua cota** (cota patronal) e da **cota do segurado** até o dia 20 do mês seguinte ao da **competência**.

⇒ empresa tomadora de “cessão de mão de obra” ou tomadora de “empreiteira de mão de obra”: deverá também **reter** + recolher 11% da Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa “fornecedora de mão de obra” (PCSS, art.31).

↳ exposição a agentes nocivos elencados no Anexo IV do RPS: **retenção adicional** de 4%, 3% ou 2% sobre o **total** da **Nota Fiscal/Fatura** emitida pela empresa “fornecedora de mão de obra”, para custeio da **aposentadoria especial** (Lei 10.666/03, art.6.o).

Casos Especiais

5.1) Associação desportiva que **mantém equipe de futebol profissional**. Em substituição à **cota patronal** sobre a **remuneração** dos segurados **empregado** e **trabalhador avulso**, recolhe **5,0%** sobre:

(i) a receita bruta do espetáculo

↳ Resp.Tributário: o promotor do evento, que retém + recolhe.

↳ Prazo: até 02 dias após o evento.

(ii) Receita de patrocínio, licenciamento do uso da marca/símbolo, publicidade, propaganda e transmissão do espetáculo desportivo (direito de arena).

↳ Resp.Tributário: a empresa contratante, que retém + recolhe.

↳ Prazo: até o dia 20 do mês seguinte ao da **competência**.

⇒ aplicável:

- Apenas às associações desportivas que mantém equipe de **futebol profissional**.
- Apenas aos espetáculos desportivos realizados em **território nacional**.
- Substitui a cota patronal (incidente sobre os valores pagos aos segurados **empregado** e **trabalhador avulso**) das atividades **relacionadas** com a **manutenção e administração das equipas desportivas**. Exemplos.

5.2.a) Produtor Rural Pessoa **Jurídica** (Lei 8.870/94, art.25) e **Agroindústria** (PCSS, art.22-A): em substituição à cota patronal sobre a remuneração dos segurados **empregado** e **trabalhador avulso**, recolhe **2,5% + 0,1% GILRAT (SAT)** sobre o resultado da comercialização de sua produção.

- ↳ Resp.Tributário: o próprio produtor rural pessoa jurídica.
- ↳ Prazo: até o dia 20 do mês seguinte ao da **competência**.

5.2.b) Produtor Rural Pessoa **Física** (PCSS, art.25): em substituição à cota patronal sobre a remuneração dos segurados **empregado** e **trabalhador avulso**, recolhe **1,2%* + 0,1% GILRAT (SAT)** sobre o resultado da comercialização de sua produção.

* MP n.o 793, de 31/07/2017

. responsável tributário:

- regra geral: o adquirente dos produtos
- exceção: o próprio segurado especial, quando sua produção é comercializada **no exterior** ou **diretamente ao consumidor final**

. **prazo:** até o dia 20 do mês seguinte ao da **competência**